

Síntese de pesquisas de opinião sobre o Ministério Público

Fonte: TRE/Rondônia – noticiado na Notícias Jus Brasil

Data: 2005

A pesquisa também mostra que 53,5% dos eleitores são favoráveis à realização de novos referendos sobre outros temas e que 44% avaliaram a experiência de votar em um referendo como muito positiva. No quesito credibilidade das instituições públicas, a análise dos resultados mostra que a crise política enfrentada pelo país provocou uma **queda média de 35% na credibilidade das dez instituições avaliadas em relação à pesquisa realizada em 2004**. A Justiça Eleitoral foi a que menos perdeu (-16,3%) e continua liderando o ranking com 47,6% de aprovação, **seguida pelo Ministério Público, Poder Judiciário, Governo Estadual, Governo F (33,2%)** ederal e Prefeitura (29,8%) s .(24%)(18,4%) (12,1%) Câmara de Vereadores (-8,4%), Senado Federal (-9,2%), Câmaras Legislativas (-11,5%) e Câmara dos Deputados (-18,3%) apresentaram dados negativos. Os números são resultados da soma dos que confiam totalmente com os que confiam em parte, menos os que não confiam. Na avaliação detalhada, a Justiça Eleitoral é considerada positiva (79,6%), eficiente (61,5%) e com qualidade nos serviços prestados (84,4%). Os dados revelam que 94,6% avaliam positivamente sua agilidade na apuração dos votos e 86,3% confiam nos resultados das eleições coordenadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Realizada entre os dias 29 de outubro e 11 de novembro, a pesquisa abrangeu 2.024 eleitores maiores de 16 anos em todos os estados das regiões Norte (200 entrevistas), Nordeste (500), Centro-Oeste (200), Sul (324) e Sudeste (800 entrevistas), sendo 51,5% do sexo feminino e 48,5% do sexo masculino. A margem de erro da pesquisa para o conjunto do país é de 2,2%.

Fonte: MP/RS

Data: 2007

Imagem do Ministério Público do Rio Grande do Sul na Sociedade Gaúcha

Por Fernanda de Azevedo Záchia

O presente trabalho contextualiza pesquisa sobre a imagem do Ministério Público do Rio Grande do Sul na sociedade gaúcha, baseada no Método de Configuração da Imagem Organizacional.

Está dividida em três fases: fase qualitativa, que buscou verificar os principais atributos que formam a imagem da Instituição, através de dez entrevistas de profundidade; fase quantitativa, com o objetivo de medir a percepção da sociedade gaúcha, através de uma amostra de 195 pessoas, quanto à importância e à satisfação percebidas em relação aos atributos levantados; disposição gráfica dos resultados, na qual foram elaborados dois mapas conceituais para representar a imagem, um a partir dos fatores de importância e outro a partir dos fatores de satisfação.

Constata-se que **muitas pessoas ainda confundem o Ministério Público do Rio Grande do Sul com outros órgãos públicos**. Constata, também, que **a satisfação média em relação aos atributos é baixa e menor do que a importância percebida**. Também mostra que **os dois atributos mais fortemente ligados ao nome da organização são órgão público e defesa do cidadão**; entretanto, enquanto o primeiro tem uma satisfação média maior do que a média geral dos atributos, o segundo tem uma satisfação inferior à média geral.

Fonte: MP/RO
Data: 2006

Dados das 22 comarcas
1330 formulários preenchidos por cidadãos
670 formulários preenchidos por instituições

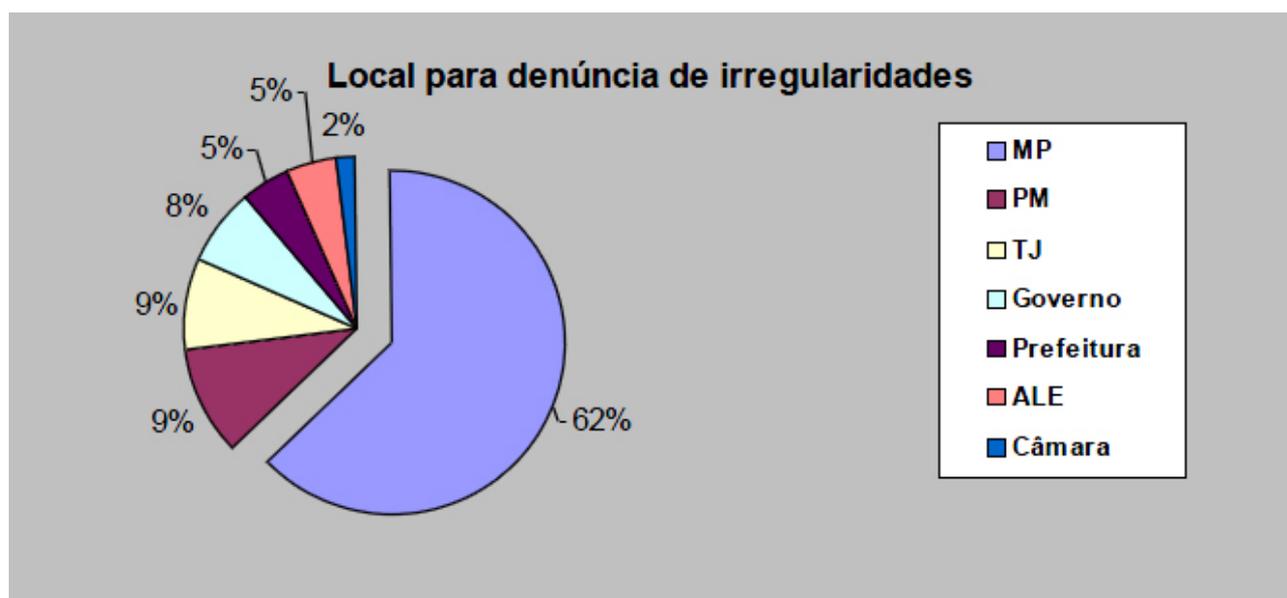
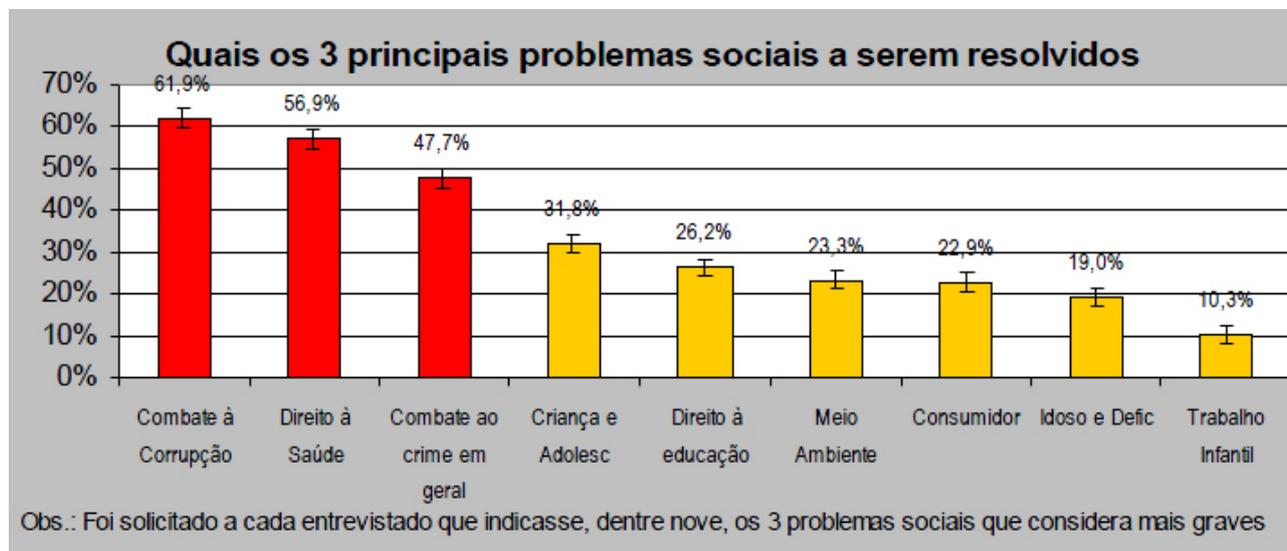


Imagem do Ministério Público junto à Sociedade

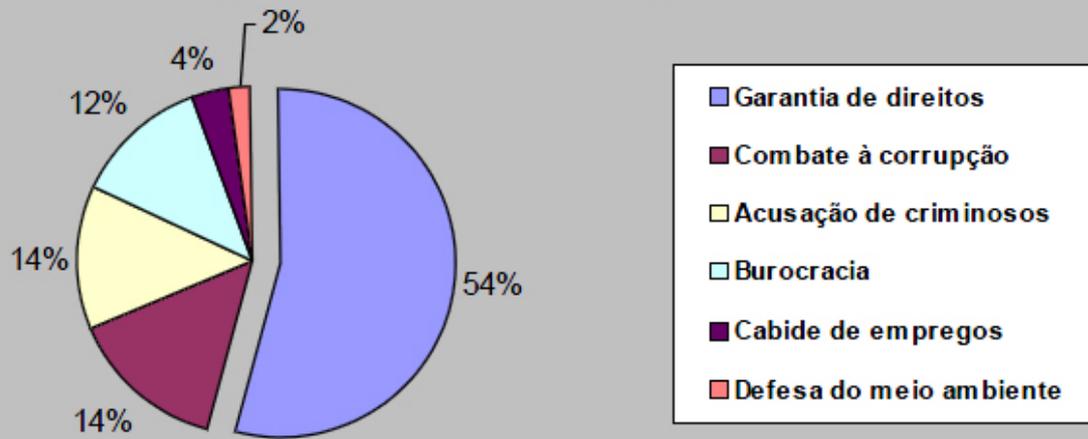
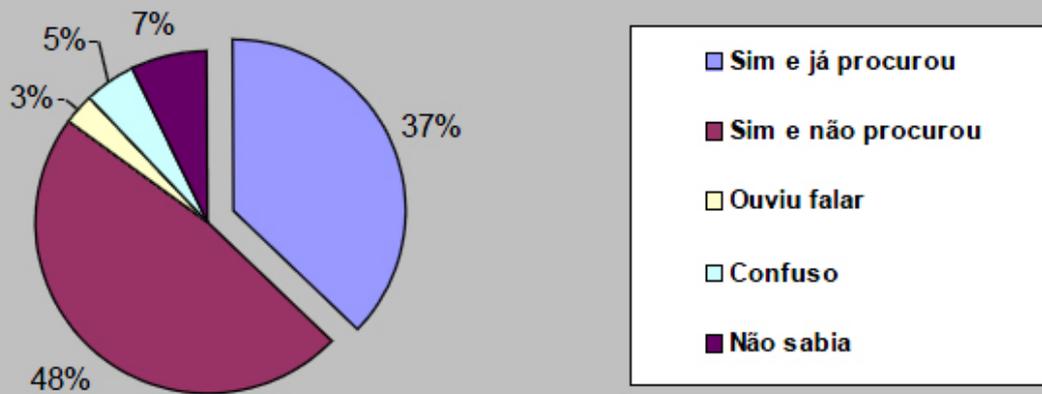
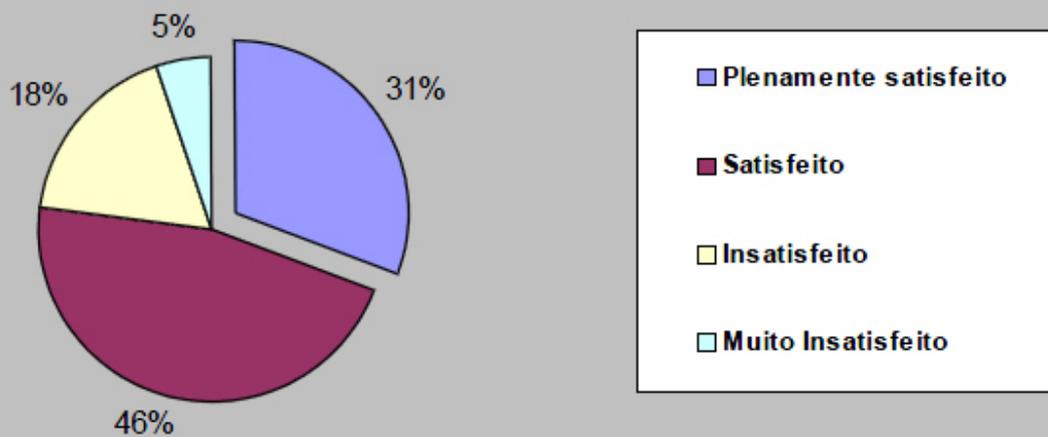


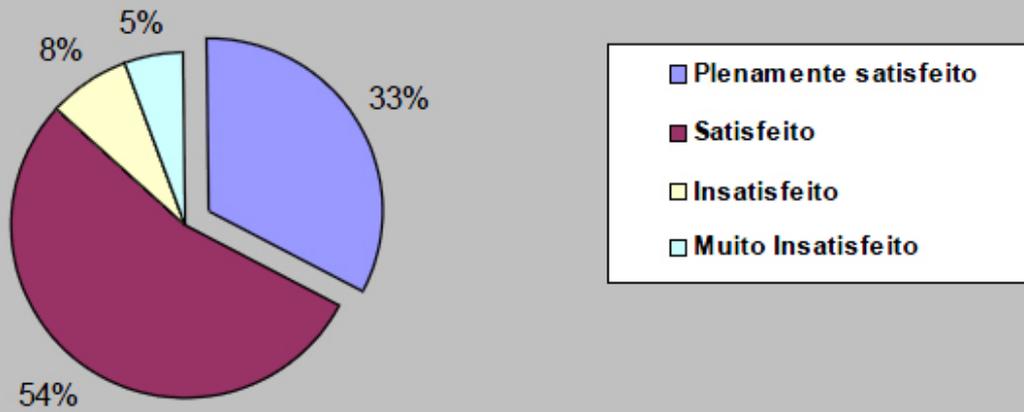
Imagem do Ministério Público junto à Sociedade



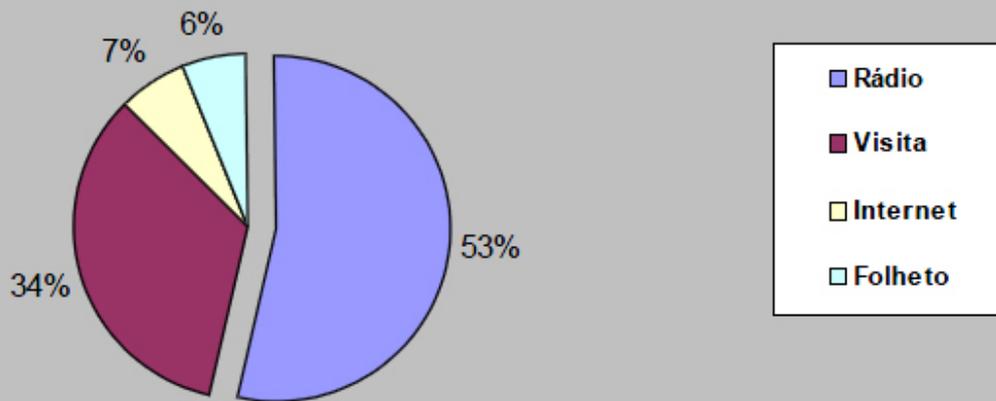
Satisfação com o acesso ao MP e Promotorias



Satisfação com o prazo do MP e Promotorias



Meio mais eficaz para divulgação do MP

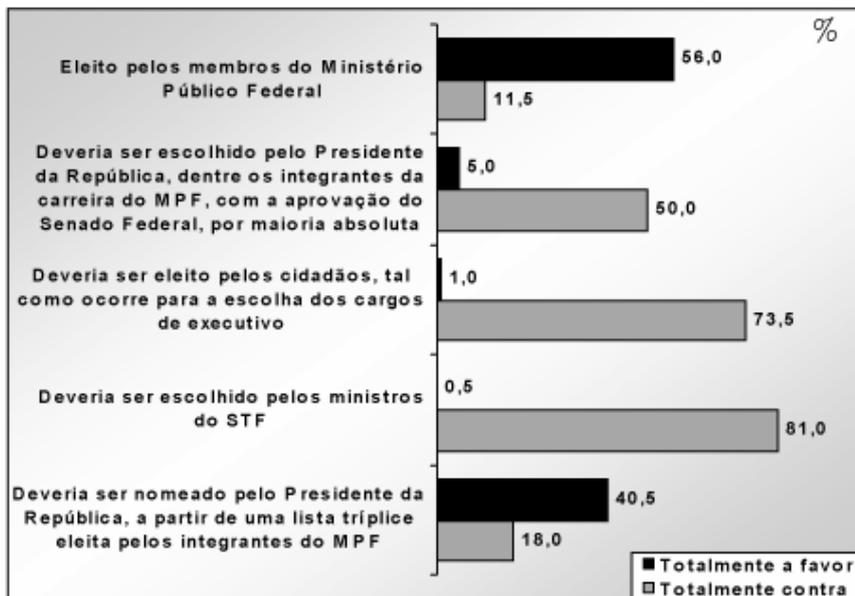


Fonte: MP/PR
Termo de referência (impresso em anexo)

Fonte: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo
 Data: 1996, 1997, 2000, 2003 (Coleção IDESP)

Entrevistados: juizes brasileiros

Posicionamento sobre as formas de escolha

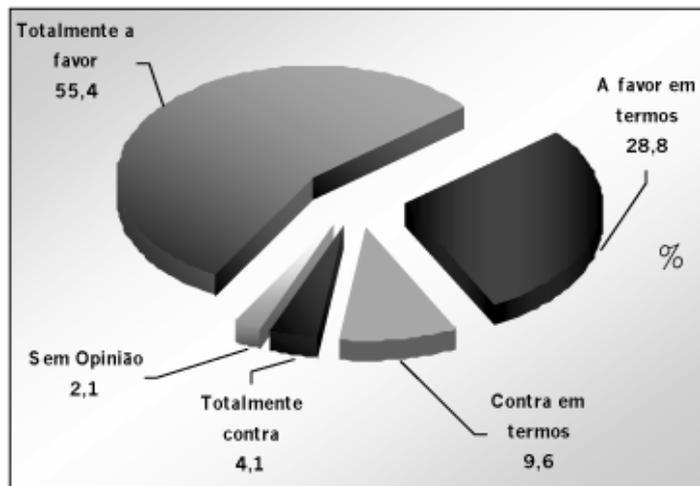


Sobre as formas de escolha do Procurador Geral da República, destacam-se as opiniões fortemente contrárias à sua indicação pelo Supremo Tribunal Federal e à sua eleição pelos cidadãos.

Fonte: IDE/BR97.SET-1862

Perguntas: Qual a sua opinião sobre a forma de escolha/nomeação do Procurador Geral da República?

Opinião sobre o perfil técnico do Procurador Geral



Em pesquisa anterior (1996), haviam concordado mais da metade dos entrevistados, que o Procurador Geral da República deveria ter perfil mais técnico do que político.

Fonte: IDE/BR96.JUN-1861

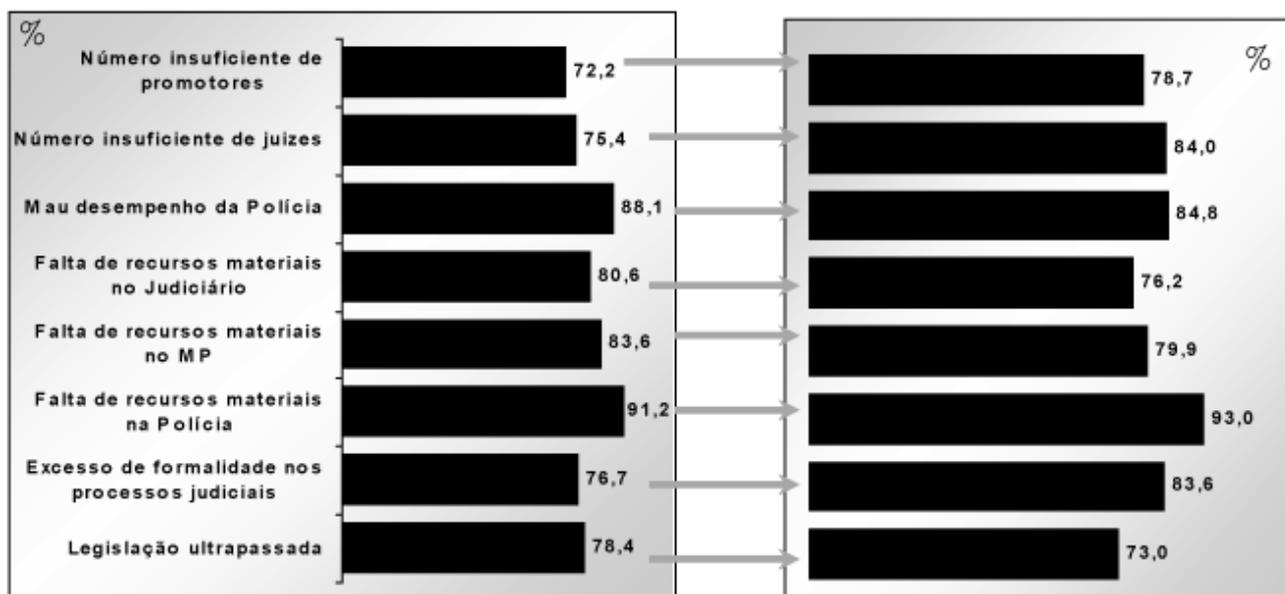
Perguntas: Ainda sobre o funcionamento da Justiça, o Sr.(a) é a favor ou contra os seguintes dispositivos legais ou propostas?

b) Que o Procurador Geral da República tenha um perfil mais técnico do que político.

*Obstáculos mais importantes ao bom funcionamento
(fatores com mais de 70% das menções)*

Em 1996

Em 1997



(soma das respostas "muito importante" e "importante")

Opiniões totalmente favoráveis



Fonte: IDE/BR37.SET-1862

Perguntas: Ainda sobre o funcionamento da administração da Justiça, o Sr.(a) é a favor ou contra os seguintes dispositivos legais ou propostas?

Opiniões totalmente favoráveis



Fonte: IDE/BR97.SET-1862

Perguntas: Diversas propostas têm sido feitas para melhorar o funcionamento da Justiça brasileira. Gostaríamos de saber se o Sr.(a) é a favor ou contra as propostas listadas abaixo.

Opiniões totalmente favoráveis



Fonte: IDE/BR96.JUN-1861

Perguntas: Diversas propostas têm sido feitas para melhorar o funcionamento da Justiça brasileira. Gostaríamos de saber se o Sr.(a) é a favor ou contra as propostas listadas abaixo.

Fonte: AMB – Pesquisa sobre instituições públicas

Data: 2007

Diferença entre o Ministério Público e o Poder Judiciário

51,7% - Sabe a diferença

43,6% - Não sabe a diferença

4,7% - Não soube avaliar

Qual instituição deve ser a mais relevante no combate à corrupção?

25,1% - Polícia Federal

22,8% - Ministério Público

12,9% - Sociedade Civil

10% - Não soube avaliar

9,7% - Judiciário

9,7% - Outra instituição

5% - Tribunal de Contas da União

4,8% - Controladoria Geral da União

Conclusões:

Uma parcela significativa não sabe a diferença entre Ministério Público e o Poder Judiciário.

• A grande maioria dos brasileiros acredita que a corrupção pode ser combatida e acredita que o Ministério Público e a Polícia Federal deveriam ser os órgãos mais relevantes nesse combate.

Fonte: MP/PE

Formulário de pesquisa externa (impresso em anexo)

Fonte: TSE/Sensus

Data: Eleições 2010

NÍVEL DE CONFIANÇA <i>Instituições</i>	Confia totalmente %	Não confia %
NOV 10		
Justiça Eleitoral / TSE / TRE`s	69,8	26,8
Justiça / Poder Judiciário	61,8	34,7
Ministério Público	60,1	35,1
Governo Federal	58,6	37,7
Governo Estadual	52,6	43,7
Senado	46,6	49,0
Assembléia Legislativa	44,3	51,9
Prefeitura	41,6	54,7
Câmara Municipal	41,3	55,0
Câmara dos Deputados	40,3	56,3

Como o Sr(a) avalia o seu nível de confiança em relação às seguintes instituições:

Fonte: Ibope opinião sobre a Imagem do Poder Judiciário

Data: Março 2004

Os resultados são muito semelhantes entre os grupos. Com pequenas variações :

“O Judiciário é um homem, com idade entre 40 e 60 anos, vestido de terno escuro, de boa aparência, cabelos grisalhos. Uma pessoa de respeito, de conduta íntegra, honesta, inteligente, culta. Lê muito, ouve música clássica, ópera ou MPB. Gosta de jogar tênis, ou golfe.”

Os profissionais mais citados nos grupos são os juízes, desembargadores e promotores, seguidos pelos oficiais de justiça e demais funcionários administrativos, estes últimos associados pelos participantes (sobretudo nas classes CD) a experiências de mau-atendimento.

Sabe-se que os cargos mais elevados (desembargador, juiz, promotor) demandam formação superior em Direito; para os cargos de oficiais de justiça é exigido nível médio de escolaridade. Os participantes dizem ainda que o de desembargador é o ‘top’ da carreira, mas não sabem bem o seu papel.

“É composto por juízes, promotores, advogados e júri”. (Jovem, CD, Recife)

As informações e a imagem formada sobre o Judiciário provém principalmente dos meios de comunicação. Ao ressaltarem a importância da atuação da imprensa, fazem a ressalva de que muitas vezes as informações são enviesadas, já que enfatizam escândalos, ressaltando comportamentos e situações inadequados e reprováveis (como, por exemplo, casos de corrupção, de abuso de poder etc).

As expectativas apontam para uma relação aberta e transparente, que ofereça informações em linguagem clara e acessível, sobre a estrutura e o funcionamento, bem como sobre a atuação – positiva -do Judiciário junto à Sociedade. Os meios sugeridos para tal seriam, principalmente, a TV e as escolas.

A campanha de televisão prestando esclarecimentos sobre o Judiciário é lembrada apenas por parte dos grupos.

Os que assistiram aos comerciais elogiam a iniciativa e a forma didática com que foi colocado o conteúdo (alguns até reproduziam as informações no grupo de discussão), sobre a diferença entre o papel do promotor, juiz (o exemplo do árbitro de futebol), o poder de polícia como sendo atribuição do Poder Executivo etc.

A campanha é muito bem recebida pelos que a viram, que dizem ser necessário esse tipo de esclarecimento.

“Eles falam que a Polícia não é do Poder Judiciário”.